

Todos Pela Educação 2006-2009



Todos Pela Educação 2006-2009



Nos quatro anos de atividades retratados nas páginas seguintes, muitas pessoas foram fundamentais e a todas queremos agradecer. Três delas, porém, não estão mais entre nós e merecem uma homenagem muito especial.

"O voluntariado, que nasce do encontro da solidariedade com a cidadania, deve ser parte de um esforço nacional de combate à exclusão social.", são palavras da grande incentivadora do voluntariado e da responsabilidade social no Brasil, Ruth Cardoso, no livro "Sonhando Juntos". Suas idéias e realizações servem de modelo a quem acredita que Educação de qualidade é a melhor maneira de oferecer oportunidades iguais a todos.

"Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveríamos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los." Esta mensagem de **Zilda Arns** em seu último discurso, é sempre lembrada quando dizemos que Educação de qualidade é direito de todos.

"A gente passa, os livros ficam". Esta era uma das frases de **José Mindlin**, que foi notoriamente reconhecido por seu amor aos livros e sempre idealizou o Brasil como um país de leitores. É fonte de inspiração para as nossas metas de alfabetização. Para nós sua presença, aos 92 anos, na manhã fria do lançamento do Todos Pela Educação, sempre será lembrada.

Movimento Todos Pela Educação

CONSELHO DE GOVERNANÇA

Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente

Ana Maria dos Santos Diniz Antônio Jacinto Matias Beatriz Bier Johannpeter Cesar Callegari Daniel Feffer

Danilo Santos de Miranda
Denise Aguiar Alvarez
Fabio Colletti Barbosa
Gustavo loschpe
José Francisco Soares
José Paulo Soares Martins
José Roberto Marinho
Luis Norberto Pascoal
Luiz Paulo Montenegro
Milú Egydio Villela
Maria Lucia Meirelles Reis
Ricardo Young da Silva

Viviane Senna

Wanda Engel Aduan

EQUIPE EXECUTIVA

Mozart Neves Ramos – Presidente-executivo

Priscila Cruz – Diretora-executiva Anna Christina Nascimento Camilla Lamber Salmazi Carolina Carvalho Fernandes Diana Santana Gomes Ferreira Elisângela Fernandes da Silva Ernesto Martins Faria Gabriela Aratangy Pluciennik

Judi Cavalcante Pedro Bottino Teixeira Renata Venaglia

Todos Pela Educação 2006-2009

COORDENAÇÃO: Maria Lucia Meirelles Reis, Carolina C. Fernandes

TEXTO: Fernando Leal

REVISÃO: Fátima Mendonça Couto

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: Linea Comp. Grafica e Editoração

O Todos Pela Educação é um movimento que mobiliza todos os setores da sociedade para a defesa de uma Educação Básica de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros.

Uma iniciativa com esse desafio somente se consolida e obtém os resultados desejados, a partir de um processo de gestão consistente e da transparência dos seus atos.

Publicamos neste relatório um balanço dos primeiros quatro anos do Todos Pela Educação. Descrevemos a história do movimento, desde a sua idealização e lançamento oficial, em setembro de 2006, nas escadarias do Museu do Ipiranga, em São Paulo, até os dados relacionados à evolução da qualidade da Educação Básica no Brasil, alcançados até o momento.

Também descrevemos, com muito reconhecimento e orgulho, as diversas parcerias e ações mobilizadoras desenvolvidas, por meio de milhares de voluntários, entidades, empresas e governos, o que bem demonstra que, cada vez mais, somos: Todos Pela Educação.

Apesar dos resultados relevantes, nosso movimento ainda tem muito que trabalhar até 2022, visando o cumprimento das 5 Metas estabelecidas para uma Educação Básica de qualidade para todos.

Contamos com o comprometimento e o trabalho dedicado de todos os envolvidos, a quem agradeço em nome do Conselho de Governança do Todos Pela Educação. De forma especial, agradeço aos membros do Comitê Gestor e a equipe do Todos Pela Educação, que tem conduzido o movimento com enorme dedicação e paixão.

Jorge Gerdau Johannpeter Presidente do Conselho de Governança



O futuro cada dia mais próximo

Desde que o Todos Pela Educação começou a ser estruturado, em 2006, foram quatro anos de existência marcados por muito trabalho e conquistas relevantes. Os primeiros quatro de dezesseis anos rumo à verdadeira independência do país, em 2022, quando crianças e jovens terão acesso a uma Educação de qualidade que lhes dê ferramentas para alcançar seu pleno potencial. Nessa caminhada, cada passo teve sua importância, mas alguns marcos se destacam.

A apresentação à sociedade das 5 Metas que o Brasil deve alcançar até 7 de setembro de 2022 para que seja garantida uma Educação Básica de qualidade introduziu um elemento novo no cenário educacional brasileiro e credenciou o movimento a participar ativamente dos debates sobre o futuro do ensino público no país. Foi uma mudança cultural significativa que se iniciou com a adoção de metas que iam muito além de uma declaração de intenções: eram mensuráveis e verificáveis.

As bases que tornaram as 5 Metas possíveis foram erguidas bem antes do surgimento do Todos Pela Educação, em meados da década de 1990, com a criação, por exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que passaria a ofe-

recer indicadores para avaliar a qualidade do ensino. Ao Todos Pela Educação coube utilizar esses dados para elaborar metas que traduzem o desafio de melhorar quantitativamente a qualidade.

A cultura de metas introduzida pelo Todos Pela Educação logo passou a contar com a adesão de gestores públicos dos três níveis de governo, em sintonia com o momento histórico vivido pela Educação no Brasil.

Foi em 2008, porém, que as 5 Metas ocuparam seu espaço definitivo. No dia 11 de dezembro, o Todos Pela Educação convocou uma coletiva de imprensa para divulgar o primeiro relatório "De Olho nas Metas". Naquele momento, o movimento dava forma e conteúdo a um dos pilares fundamentais de sua estratégia. Veio a público, então, para mostrar de forma objetiva e compreensível como estavam o Brasil, os Estados e o Distrito Federal em relação ao acesso e à qualidade do ensino público oferecido, revelando um quadro preocupante. As metas intermediárias, criadas para o acompanhamento anual, mostraram que, apesar dos avanços, não seria possível alcançar os percentuais desejados em 2022.

O relatório obteve enorme repercussão na imprensa e se tornou um marco dos primeiros anos de existência do Todos Pela Educação. Mesmo diante da confirmação da grave situação da Educação brasileira, comemorou-se o ineditismo da ação, uma iniciativa de fiscalização que surgia da sociedade e não de um órgão de governo ou de um dos três poderes.

"Um dos pontos positivos da iniciativa foi ter estabelecido metas intermediárias para a verificação do progresso em relação aos objetivos finais. Os dados sobre o cumprimento da primeira dessas etapas agora vêm à luz", escreveu em editorial a Folha de S.Paulo. "Uma revolução na cidadania brasileira iniciou-se na semana passada, com a apresentação do relatório 'De Olho nas Metas', sobre a situação da Educação brasileira", afirmou o cientista político Fernando Abrucio em artigo na revista Época. Desde então, as 5 Metas do Todos PELA EDUCAÇÃO se tornaram conceito corrente no meio educacional, e o movimento se firmou como referência para a mídia e para os pesquisadores.

Além do acompanhamento e da divulgação das 5 Metas, o movimento desenvolveu outros dois pilares de sua estratégia: a Comunicação e o trabalho de Articulação e Relações Institucionais.

Por meio da Comunicação, o Todos Pela EDUCAÇÃO conseguiu, durante esses quatro anos, marcar presença em milhões de lares brasileiros, estimulando as famílias a assumir sua responsabilidade e a desempenhar papel crucial na melhoria do ensino no país. Para isso, o movimento lançou mão de campanhas de TV, rádio e mídia impressa e contou com uma parceria valiosa com os veículos jornalísticos e suas entidades representativas, como a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). Também participou desse esforço a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

A área de Articulação e Relações Institucionais estabeleceu um diálogo permanente com diversos segmentos da sociedade, com representantes dos professores e com os gestores públicos, e buscou nesses quatros anos unir esforços em favor da melhoria da Educação, influenciando políticas públicas, sem as quais os eventuais avanços vão continuar distantes da sala de aula. Num trabalho em que pequenas iniciativas e conquistas vão se somando para formar, no longo prazo, um quadro de mudanças substanciais, dirigentes do movimento percorreram milhares de quilômetros e participaram de incontáveis eventos e reuniões. Em contrapartida, viram a adesão ao Todos Pela Educação crescer a olhos vistos, e a cultura de metas impregnar cada vez mais o sistema de gestão do ensino público.

Parte desse debate se deu em torno da Meta 5 do Todos Pela Educação: "Investimento em Educação ampliado e bem gerido", que prevê que o investimento público na Educação Básica seja de pelo menos 5% do PIB. Ainda em 2007, o movimento se juntou a outros movimentos e entidades representativos pelo fim da incidência da DRU (Desvinculação de Receitas da União) na Educação, que retirava da área anualmente 20% dos recursos constitucionalmente destinados a ela.

Os esforços conjuntos deram resultado: em outubro de 2009, foi a aprovada uma emenda constitucional que previa a eliminação progressiva da transferência de recursos da Educação. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional ampliava o período de ensino obrigatório de 8 para 14 anos, beneficiando as crianças e jovens na faixa etária dos 4 aos 17 anos. Dois passos fundamentais para o cumprimento das Metas 1 e 5 até 2022, e uma conquista para todos os que adotaram o compromisso de lutar por uma Educação Básica de qualidade.

Outras conquistas podem ser mencionadas na trajetória dos primeiros quatro anos do Todos Pela Educação, e diversas delas aparecem nas próximas páginas. Uma coisa, porém, é certa: 2022 está cada dia mais próximo. Não há tempo a perder, e as conquistas devem ser vistas tão somente como passos em direção aos objetivos traçados.



O Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem Educação de qualidade. Partindo dessa idéia, representantes da sociedade civil, educadores, organizações sociais, iniciativa privada e gestores públicos de Educação se uniram no Todos Pela Educação – um movimento que tem como objetivo contribuir para que o país consiga garantir Educação de qualidade para todos os brasileiros.

O Todos Pela Educação não é um projeto de uma organização específica, mas sim um projeto de nação. É uma união de esforços em que cada cidadão ou instituição é corresponsável e se mobiliza, em sua área, para que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma Educação de qualidade.

A atuação do movimento inclui o monitoramento da Educação por meio do acompanhamento de suas 5 Metas e da divulgação de pesquisas, dados e informações relacionadas ao tema. Busca também uma maior e melhor inserção da Educação na mídia, o fomento ao debate e a mobilização da sociedade.

Para alcançar a Educação que o Brasil precisa, foram definidas 5 Metas específicas, simples, compreensíveis e focadas em resultados mensuráveis, que devem ser alcançadas até 7 de setembro de 2022:

- Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.
- Meta 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.
- Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.
- Meta 4. Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos.
- Meta 5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

As Metas, constantemente acompanhadas, servirão como direcionamento para que todos os brasileiros participem do movimento pela Educação e cobrem as melhorias devidas.

Vencer o desafio educacional brasileiro passa pelo compromisso e pela ação de todos e de cada um. Só assim, em 2022, poderemos comemorar não só nossa independência como país, mas também nossa independência como nação.

Rumo à Verdadeira Independência

No dia 6 setembro de 2006, em meio ao frio fora de hora da capital paulista, representantes dos mais diversos setores da sociedade se reuniram na escadaria do Museu do Ipiranga para o lançamento oficial do compromisso Todos Pela Educação. Gestores de Educação e de organizações sociais, educadores, pais, alunos e representantes da iniciativa privada, reunidos em torno do objetivo comum de garantir uma Educação de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros, davam corpo a um movimento cujas bases haviam sido plantadas pouco mais de um ano antes.

O grupo inicial do que viria a ser o Todos Pela Educação começou a se formar em junho de 2005, aglutinado em grande parte em torno da experiência do Instituto Faça Parte, que incentiva ações de voluntariado educativo nas escolas. Na época, o país passava por um momento de abalo das crenças e esperanças em relação ao futuro, e a Educação surgia como uma bandeira capaz de mobilizar a sociedade e levar à união de diferentes segmentos.

O cenário educacional brasileiro era marcado por um quadro em que, por um lado, o país havia registrado significativo avanço no acesso das crianças à escola, com a quase universalização do Ensino Fundamental, mas, por outro, ainda tinha pela frente o imenso desafio de elevar o padrão



de qualidade, além de também universalizar o acesso à Educação Infantil e ao Ensino Médio.

Grande parte dos gestores públicos de Educação se mostrava em sintonia com a necessidade de avaliações periódicas e do foco em resultados concretos; e as organizações sociais concentravam cada vez mais esforços nessa área. Ao mesmo tempo, surgia por parte das empresas uma tendência crescente de abraçar a corresponsabilidade pelos rumos do ensino público no país, inclusive com a participação direta na gestão de escolas.

Uma das primeiras ações do grupo que começava a se formar foi realizar um levantamento sobre as propostas para a Educação das instituições ligadas ao ensino, como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), o Unicef e a Unesco, além de levar em conta a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O resultado revelou um quadro com um número significativo de pontos coincidentes. Constavam da pauta da maioria das entidades algumas ações bastante específicas: valorização dos profissionais da área, por meio da oferta de formação inicial e contínua adequada, ampliação da Educação Infantil e melhoria e fortalecimento da gestão escolar, entre outras.

A partir desse levantamento, o grupo inicial estava pronto para redigir, em julho de 2005, seu primeiro documento, denominado "10 Causas e 26 Compromissos". Além de servir como base para a formação de uma ampla aliança em favor da Educação Básica de qualidade, o documento seria também, naquele momento, o manifesto público do movimento.

10 Causas e

Julho de 2005

Cresce no Brasil o consenso de que a Educação é o caminho mais consistente e sustentável para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e promover o nosso desenvolvimento social e econômico. Não por outro motivo, União e estados, empresas socialmente responsáveis e organizações da sociedade civil têm assumido, cada vez mais, participação ativa na luta por uma Educação de qualidade para todos. Faz-se necessária, portanto, uma maior articulação dos três setores em torno de uma rede estratégica solidária e permanente, capaz de transformar intenções elevadas e boas ideias em práticas efetivas, que desçam dos gabinetes e cheguem aos alunos nas salas de aula, especialmente aos mais pobres. É nossa crença que apenas quando cada um dos setores fizer a sua parte – de forma integrada e sinérgica – a Educação deixará de ser pauta de importância secundária, tornando-se instrumento de autonomia e emancipação para os brasileiros hoje excluídos do processo de desenvolvimento do país. Com o objetivo de fortalecer os laços entre os que também acreditam nessa ideia, de organizar as reflexões em torno de grandes temas educacionais e de emular um movimento nacional pela Educação no Brasil, o Instituto Faça Parte realizou um levantamento dos projetos em curso em órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, e também em organizações da sociedade civil, totalmente afinados com premissas adotadas por organizações internacionais como, por exemplo, a Unesco. Nesse esforço, foram identificadas 10 grandes causas e 26 compromissos essenciais para a construção de uma Educação pública de qualidade, em sintonia com a Declaração de Jomtien (1990) e os desafios sociais e econômicos que nós, brasileiros, temos que enfrentar.

26 Compromissos

1. Acesso à escola para todos

- garantir a oferta em todos os níveis da Educação Básica
- reduzir as desigualdades regionais e sociais
- combater a repetência e a evasão

2. Educação de qualidade

- valorizar e promover a formação contínua dos profissionais da Educação
- ampliar a oferta de Educação em tempo integral
- incentivar a leitura

3. Educação para a cidadania

- incentivar o voluntariado educativo e o estágio social
- abrir as escolas nos fins de semana para atividades sociais, culturais e de lazer

4. Fortalecimento da gestão escolar

- promover a autonomia da gestão escolar em seus aspectos físicos, humanos e financeiros
- modernizar e democratizar a gestão da escola pública
- fortalecer a participação da comunidade nos colegiados escolares
- promover o desenvolvimento de lideranças em gestão escolar

5. Garantia de recursos para a Educação

- garantir o repasse dos recursos vinculados à Educação
- ampliar os mecanismos de prestação de contas e de acompanhamento dos recursos
- criar fundo de apoio a projetos escolares com recursos privados

6. Ampliação da Educação Infantil

- expandir o acesso à Educação Infantil, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas
- subsidiar a ação pedagógica de creches e pré-escolas

7. Garantia do Ensino Fundamental obrigatório

- ampliar para 9 anos o Ensino Fundamental
- regularizar a defasagem entre idade e série

8. Ampliação do Ensino Médio

- expandir o acesso a todos os concluintes do ensino fundamental
- incentivar a renovação pedagógica por meio de projetos juvenis
- integrar Ensino Médio e Educação Profissional

9. Elevação do nível de escolaridade de jovens e adultos

- investir em Educação de Jovens e Adultos
- erradicar o analfabetismo

10. Educação inclusiva.

- democratizar o direito à Educação
- subsidiar a ação pedagógica inclusiva

Como estes são compromissos desafiadores, baseados em princípios consensuais para a melhoria da qualidade educacional, entendemos que podem reunir, na condição de uma espécie de agenda mínima nacional, as atenções, os esforços e a energia de todos os que trabalham pela Educação brasileira.

Pacto Nacional pela Educação

"Apenas quando cada um dos setores fizer a sua parte, de forma integrada e sinérgica, a Educação deixará de ser pauta de importância secundária, tornando-se instrumento de autonomia e de emancipação para os brasileiros hoje excluídos do processo de desenvolvimento do país", afirma o documento "10 Causas e 26 Compromissos".

Com base nesse princípio, a aliança que se formaria deveria ser o mais ampla possível. Desde o início, era clara a necessidade de união dos mais diferentes setores da sociedade, da política e da economia do país. Diante do desafio histórico da Educação, nenhum setor, organização ou grupo, isoladamente, seria capaz de fornecer respostas plenamente satisfatórias e sustentáveis no longo prazo.

Outra pré-condição era que tal aliança não se fundasse apenas em declarações de intenção, sob risco de não alcançar objetivos concretos. Tratava-se, portanto, de firmar um pacto efetivo pela Educação, de amplo espectro e de caráter nacional; um pacto da nação. Assim, a partir do documento "10 Causas e 26 Compromissos", começou a ganhar forma, em agosto de 2005, o Pacto Nacional Pela Educação. Dele deveriam fazer parte União, estados, municípios, iniciativa privada, organizações da sociedade civil e educadores. No dia 9 de agosto, o documento foi apresentado ao então secretário de Pernambuco, Mozart Neves Ramos, do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed), e à então secretária de Belo Horizonte - MG, Maria do Pilar Lacerda, da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). E, no dia 25, era a vez de o ministro da Educação, Fernando Haddad, conhecer o movimento e suas diretrizes, para, de pronto, apoiar e aceitar participar desse pacto.

Uma convocação

Cabe a todos – governo, sociedade civil e empresas – fazer com que a Educação seja a prioridade número um do país. Cabe a todos nós garantir que cada criança nascida hoje tenha concluído a Educação Básica de qualidade por ocasião do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022. Educação é a única e verdadeira independência! Conclamamos todos os cidadãos brasileiros, de todas as classes, partidos, religiões e etnias, a construir um compromisso nacional pela Educação. Esse é o grande desafio da nação!

O trecho acima faz parte de um dos primeiros documentos do Todos Pela Educação. Desde o início, uma das principais características do movimento foi a mobilização de todos os setores do país, assim como de todos os cidadãos, estabelecendo com cada um o compromisso efetivo de ações concretas.

Metas para 2022

O dia 26 de outubro de 2005 marcou um momento crucial nos rumos do movimento que começava a se constituir. Por meio de seu primeiro texto oficial, o Pacto Nacional Pela Educação ganhava um caráter mais formal e elaborava uma mensagem para apresentar à sociedade.

O objetivo era "criar um movimento permanente de mobilização nacional, alimentado pelo acompanhamento da sociedade de poucas metas verificáveis e mensuráveis. Os responsáveis pelos resultados das metas devem se sentir estimulados a cumpri-la e constrangidos se não o fizerem".

Pela primeira vez, o movimento introduzia no debate educacional brasileiro a necessidade de metas objetivas de melhoria da qualidade da Educação Básica. E mais: defendia o compromisso de todos com essas metas e um prazo para que fossem alcançadas: setembro de 2022, ano da comemoração do bicentenário da Independência do Brasil.

Além disso, ao grupo inicial – Milú Villela, Luís Norberto Pascoal, Maria Lucia Meirelles Reis, Priscila Cruz e Ricardo Voltolini, juntavam-se Ana Maria Diniz, Antonio Jacinto Matias, Denise Aguiar, José Roberto Marinho e Viviane Senna.

Entre dezembro de 2005 e março de 2006, iniciou-se o caminho para a definição dessas metas, que deveriam partir da perspectiva do aluno, serem verificáveis, mensuráveis e facilmente compreendidas pelo público em geral. Foram realizadas cerca de oitenta entrevistas com representantes de diversos setores, com especial destaque para os educadores e os representantes de ONGs, de organismos internacionais e da iniciativa privada. Todas as informações coletadas seriam registradas e, mais tarde, consolidadas em dois temas: os desafios da Educação no Brasil e os desafios do compromisso Todos Pela Educação.

Nesse período, o grupo discutia também o nome oficial que teria o movimento, até aquele momento chamado de Pacto Nacional Pela Educação. A denominação escolhida por consenso foi Todos Pela Educação, que passava a ser considerado um "compromisso". E não se tratava, nem de longe, de uma mera questão de nomenclatura. O Compromisso Todos Pela Educação começava a ganhar forma como uma união de esforços em que cada cidadão ou instituição seria corresponsável e se mobilizaria, em sua área de atuação, para que todas as crianças e jovens brasileiros tivessem garantido o seu direito a uma Educação de qualidade.





Alguns membros do grupo inicial do Todos Pela Educação

Mãos à obra

Em abril de 2006, realizou-se um workshop de dois dias em Guarulhos, Grande São Paulo, reunindo o grupo ouvido na etapa de entrevistas iniciada em dezembro do ano anterior com cerca de oitenta pessoas. O objetivo era priorizar os desafios da Educação e do compromisso, de maneira a estabelecer as metas a serem alcançadas, no primeiro caso, e definir as ações estratégicas, no segundo.

Assim, ao final do workshop, elegeram-se como desafios prioritários da Educação no Brasil: universalizar o acesso e garantir a permanência na escola; assegurar o aprendizado em cada etapa do ensino; avaliar, valorizar e responsabilizar os educadores; ampliar o turno escolar; profissionalizar a gestão com foco na aprendizagem; ampliar a participação da família e da comunidade; assegurar os recursos, a transparência e o monitoramento da execução das ações públicas.

Essas ainda não eram as 5 Metas do Todos Pela Educação, mas estavam muito perto disso, pois constituíam os desafios que depois dariam origem a elas. O passo seguinte seria separar os resultados concretos a partir da perspectiva do aluno - que podiam ser traduzidos em metas - dos meios para alcançá-los, que continuariam fazendo parte do ideário do compromisso. Dessa maneira, desafios como o da valorização dos educadores e o do aumento da participação da família e da comunidade permanecem vivos no Todos Pela Educação.

Do ponto de vista do planejamento do próprio movimento, foram definidas ações estratégicas: articular e comprometer todos os setores e influir para que se dê continuidade às boas políticas públicas; mapear e reconhecer boas práticas e políticas; divulgar as informações, as análises e a evolução dos indicadores; mobilizar toda a sociedade brasileira, qualifi-



Priscila Cruz



Maria Auxiliadora Seabra Rezende



Grupos de trabalho no workshop de planejamento estratégico coordenado pela Symnetics



Marília Lindinger, Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Mozart Neves Ramos, Fernando Haddad, Hélio de Lima, Elizabeth Anderle e Marianna da Cunha

cando e ampliando a demanda por Educação de qualidade para todos.

Antes mesmo de seu lançamento oficial, o movimento começou a se estruturar, a partir de maio de 2006, em três áreas fundamentais de atuação: a área técnica, a área de articulação e relações institucionais e a área de comunicação. Ainda em maio, coube à área técnica a definição das 5 Metas que passariam a nortear a atuação do compromisso Todos Pela Educação, a ser alcançadas até 2022. A partir dos desafios prioritários indicados pelo workshop realizado em abril de 2006, iniciou-se o trabalho de redação das metas.

Em junho, as 5 Metas foram apresentadas pelo futuro presidente do Todos Pela Educação, Jorge Gerdau Johannpeter, na conferência internacional Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina, promovida pelas fundações Lemann e Jacobs e pelo Instituto Gerdau. O evento aconteceu na praia do Forte, Bahia, e reuniu representantes de 14 países da América Latina.

No dia 2 de agosto de 2006, pouco mais de um mês antes de seu lançamento oficial, o compromisso Todos Pela Educação reuniu as pessoas e entidades mais próximas ao movimento até aquele momento para um pré-lançamento. O encontro aconteceu no Museu da Língua Portuguesa, na histórica Estação da Luz, em São Paulo, e seu objetivo era estreitar os laços dos que formavam essa grande aliança em favor da

Educação de qualidade, alinhando expectativas e esforços tanto em relação ao lançamento do movimento quanto aos desafios que estavam por vir.



Primeiro documento de adesão ao Todos Pela Educação, assinado pelos participantes brasileiros da conferência da praia do Forte – BA.

As 5 Metas

Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

Até 2022, pelo menos 98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados e frequentando a escola.

Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

Até 2010, pelo menos 80%, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2ª série (ou 30 ano) do Ensino Fundamental.

Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado à sua série

Até 2022, pelo menos 70% dos alunos deverão ter aprendido o que é essencial para a sua série. Pelo menos 70% dos alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio deverão ter desempenho superior a respectivamente 200, 275 e 300 pontos na escala de Português do Saeb, e superiores a 225, 300 e 350 pontos na escala de Matemática.

Meta 4 – Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

Até 2022, pelo menos 95% dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental e pelo menos 90% dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.

Meta 5 – Investimento em Educação ampliado e bem gerido

Até 2010, o investimento público em Educação Básica deverá alcançar no mínimo 5% do PIB.

Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Todos Pela Educação

"O Brasil precisa de cada um de vocês. Governos, empresas, escolas, gestores públicos, pais, professores, alunos e cidadãos devem se unir nesta travessia – da Educação que temos para a Educação que precisamos e queremos."

Fernando Haddad, ministro da Educação

"As metas só serão atingidas quando esse compromisso suprapartidário for abraçado por cada cidadão. Cada mãe de família, cada pai de família deve ter acesso às informações sobre essas metas, que estão fixadas com transparência, e garantir que seus filhos possam receber do Estado aquilo que é seu direito."

Mozart Neves Ramos, presidente do Consed

"A força da mobilização que agora se inicia nos dá a forte certeza de que até 2022 teremos construído uma nação em que todas as crianças e jovens estudarão e aprenderão no tempo compatível com sua idade. Acreditamos que esse é o primeiro passo para a construção de um Brasil mais justo e solidário!"

Maria do Pilar Lacerda, então presidente da Undime

"Temos que pensar uma escola que ensine a todos, que respeite e valorize a diversidade, que adote processos de avaliação e de organização de tempo, que seja uma escola garantidora de direitos."



O lançamento do Todos Pela Educação, em setembro de 2006, foi repleto de significados. A começar pelo local escolhido, o Museu do Ipiranga, em São Paulo. Fundado na crença de que o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade, o Todos Pela Educação partia do mesmo ponto em que a Independência fora declarada, em 1822, com a firme convicção de que o país chegaria a setembro de 2022 tendo alcançado suas 5 Metas.

"Aqui, há 184 anos, foi proclamada a primeira Independência do Brasil. Hoje, vamos renovar a história e dar o segundo grito. O grito da verdadeira independência. Aquela conquistada por todos nós, dia-a-dia, pela Educação de qualidade para todos." Com essas palavras, o ator Odilon Wagner abriu o evento.

De pé na escadaria do Museu do Ipiranga, voltados para a frente, sob o olhar atento de jornalistas e fotógrafos e diante de microfones de rádios e de câmeras de TV, os presentes assumiam o com-

promisso com a efetivação do direito de todas as crianças e jovens a uma Educação de qualidade.

O lançamento do Todos Pela Educação ganhou espaço na mídia de todo o país. Em todas as regiões do Brasil, reportagens, artigos e editoriais noticiaram e comentaram a criação do movimento, com destaque para as 5 Metas para a Educação. O Estado de Minas destacou o fato de o movimento ter como "linha medular" a constatação de que "a Educação é o único caminho que, de forma consistente e sustentável, pode reduzir a pobreza e as desigualdades e promover nosso desenvolvimento social e econômico". O Zero Hora, do Rio Grande do Sul, pedia que o país olhasse com atenção para o Todos PELA EDUCAÇÃO e dizia que o bicentenário da Independência só seria motivo de orgulho se "cada criança que nascer a partir de agora tiver acesso a uma Educação pública de qualidade". Outros veículos, como A Crítica, do Amazonas, chamavam a atenção para o fato de o movimento não se limitar a uma campanha de comunicação, mas se traduzir em ações efetivas.





Grandes iniciativas, geralmente, fracassam não por falta de boas intenções, mas pela ausência de ações concretas que as tornem realidade. Lançado oficialmente, o Todos Pela Educação precisava então dar os passos necessários para alcançar seus objetivos. E não havia tempo a perder. O horizonte de 2022, distante à primeira vista, tornava-se próximo, principalmente quando observado da perspectiva do que se deixou de fazer pela Educação no passado.

Era fundamental estruturar o movimento, promover sua institucionalização, organizar o trabalho por frentes de atuação e consolidar a governança. Além disso, garantir que as ações pretendidas não se dessem de maneira desordenada. Elas se apoiariam em um tripé estratégico formado por atividades de comunicação, de articulação e técnicas. Enquanto a comunicação tinha por objetivo influenciar a demanda da sociedade pela Educação, a articulação com outras entidades e com as esferas governamentais buscava influenciar a oferta. O trabalho técnico, por sua vez, contribuía com o aumento da quantidade e da qualidade das informações sobre Educação, por meio do acompanhamento e da divulgação de dados, pesquisas e informações relacionadas à Educação e às 5 Metas.

Ao longo de 2007, o Todos Pela Educação se dedicou com afinco à sua organização interna. Sem deixar de lado as ações imediatas e a resposta às demandas de quem já procurava o movimento como um dos caminhos para melhorar a Educação brasileira, foram plantadas as sementes que dariam bons frutos no futuro.

A reunião do comitê gestor do Todos Pela Educação em janeiro de 2007 contou pela primeira vez com a participação de seu novo presidente-executivo, o ex-secretário de Educação de Pernambuco e ex-presidente do Consed, Mozart Neves Ramos. Na ocasião Priscila Cruz, que desde o início do movimento era sua coordenadora, foi escolhida como diretora-executiva.

Foram definidas ali as principais frentes de atuação movimento, com base no tripé estratégico previamente estabelecido no ano anterior. "É uma oportunidade ímpar de contribuir para a construção de um projeto de nação para a Educação brasileira", afirmou Mozart sobre sua chegada ao Todos Pela Educação.

Para que a estratégia se traduzisse em iniciativas palpáveis ao longo de 2007, era preciso que se constituíssem frentes de atuação com objetivos claramente descritos. Assim, o grupo responsável pelas articulações e pelas relações institucionais visava formar e fortalecer a rede de parceiros e, dessa forma, influir em políticas públicas, programas e projetos de Educação. Na frente de comunicação, estava previsto levar a toda a sociedade brasileira a causa da Educação, as 5 Metas e o próprio movimento Todos Pela Educação. Ao grupo técnico cabia disponibilizar informações e gerar conteúdo, acompanhar e cobrar o cumprimento das 5 Metas nos estados e municípios.



DOMÍNIO DO BÉ-Á-BÁ

TAXAS DE ANALFABETISMO

O Brasil ainda não tem um diagnóstico actore a altibestruação de crizanças de air de indo-A e emidistrica que musa se aproximam são do l'ostituro de Pesquit Económica Aplicada (presi, fundação publica tederal vinculada so A Núciso de Assentos Escratágicos da Presida Rapública, e referem-sea a 10 a 14 ainos. As acosto de a validadostinos a solida periodo de a validadostinos a solida de a

	1995	2005	Nordeste Maranhão	23,9	7 10,1	Sudeste Minas Gerais Espírito Santo	2,4	1,7
Norte Kondurgs	8,7	**	Plant	36,5	10.7	Rio de Janeiro São Paulo Sul	1,3 1,9 2,1	0,
							18	10

PALDHÁ DLIVETO DA EQUITE DO CORREIO

stá escrito o anos. El fique coo do 3º anos o guez. For varios e voce. N

varios e voce. / menino não e são i (cn) e a (TPE), 95% estão total Na aer

das as temp assim men dem creve Bezu estu estu estu estu fidela diroid lhor? tiona profess (UPMG bre as lt. anos. ma volvida pd da (Ipez). A sestati estati estati

grave: o angua dem vigatis, co rém, escrevem guem entender acordo com o institu apenas 28% dos bras de têm nivel picno de tectos longos, interpre-"A turnera do auso crime" de l'amo nito Educação: sétima prioridade do brasileiro

Em novembro de 2006, o Todos Pela Educação reuniu a imprensa em sua sede, em São Paulo, para apresentar os resultados de uma pesquisa exclusiva realizada pelo Instituto Paulo Montenegro, braço social do Ibope. A principal conclusão da pesquisa era preocupante: a Educação ocupava apenas o sétimo lugar entre as prioridades dos brasileiros. Entre os entrevistados, 15% apontaram a Educação como a área em que o país enfrentava seus mais sérios problemas e que, portanto, merecia mais atenção. A saúde ocupava o primeiro lugar da lista de prioridades, seguida por "emprego", "fome e miséria", "segurança pública", "corrupção" e "drogas". Em resumo, a pesquisa mostrou que a atenção da população estava voltada para questões mais urgentes, sem ver na Educação a solução estrutural para esses problemas. O levantamento constatou ainda o baixo nível de participação dos pais na vida escolar, a falta de acompanhamento do orçamento da área por parte da sociedade e o relativo desconhecimento de exames como Saeb e Prova Brasil. A partir de então, essa pesquisa passou a servir como parâmetro para algumas das ações do movimento, que acredita que "somente quando a Educação for pauta prioritária do país será possível construir um ensino de qualidade para todos os brasileiros".

emio de Melhor Gestão Escolar

EDUCAÇÃO

Diálogo permanente com todos



Ministro Fernando Haddad fala sobre o PDE aos associados do Gife

Em 2007, a equipe executiva do Todos Pela Educação concentrou grande parte de suas energias na articulação e na mobilização de esforços e iniciativas de diferentes setores da sociedade. Foram inúmeros eventos, seminários e congressos em todo o país, na América Latina e nos Estados Unidos. Foram dezenas de reuniões, milhares de quilômetros percorridos.

Nessas oportunidades, representantes do Todos Pela Educação apresentaram as diretrizes e as 5 Metas do movimento e discutiram caminhos para alcançar uma Educação de qualidade com lideranças do terceiro setor, secretários de Educação, educadores, lideranças religiosas, empresários, parlamentares, gestores de escolas, profissionais da mídia e representantes de organismos internacionais.

Para articular diferentes forças da sociedade em favor da Educação, o movimento percebeu logo que precisaria estar disposto a fazer um trabalho de formiguinha, dedicando igual atenção a pequenos e grandes eventos. Quem pretende dialogar com todos por uma causa tão importante e abrangente quanto a qualidade do ensino oferecido a crianças e jovens não pode

escolher em que porta bater; deve entrar em tantas quantas estiverem abertas, para ouvir o que as pessoas têm para dizer. E foi assim que o movimento estabeleceu importantes parcerias, como com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Bra-

sileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), o Conselho Nacional de Procuradores Gerais, a ONG Atletas pela Cidadania e a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), entre outras.

Uma parte importante desse esforço pelo diálogo permanente é estabelecer uma ligação direta com os governos, responsáveis por oferecer ensino público a dezenas de milhões de crianças e jovens. Desde o início, o movimento teve consciência de que não existe mudança possível sem que o Estado assuma sua responsabilidade de forma plena – e, por isso, é parte de suas tarefas procurar influir nas políticas públicas.

Um bom exemplo desse diálogo aconteceu no dia 17 de abril de 2007. O Todos Pela Educação, o GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) e o Ibmec São Paulo promoveram um encontro entre os associados do GIFE e o ministro Fernando Haddad, com o objetivo de identificar canais de articulação entre o Plano de Desenvolvimento da Educação do MEC, que seria lançado em poucos dias e o investimento social privado em Educação.

Plano de Desenvolvimento da Educação

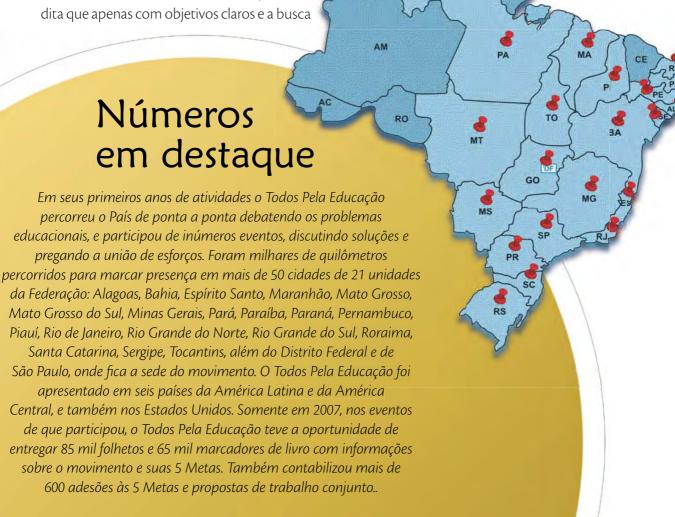
No dia 24 de abril de 2007, o Ministério da Educação lançou oficialmente o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujas primeiras medidas haviam sido anunciadas em marco.

O principal decreto assinado pelo presidente era o Programa de Metas Compromisso Todos Pela Educação, que reunia ações referentes à Educação Básica, e foi assim estruturado em reconhecimento à sintonia existente entre as 5 Metas defendidas pelo Todos Pela EDUCAÇÃO e os objetivos do plano proposto pelo MEC.

Assim como o Todos Pela Educação acre-

incansável de resultados é possível melhorar a qualidade da Educação no Brasil, o MEC introduzia, entre outras medidas, de forma inédita, uma política de metas e indicadores de qualidade como condição para o repasse de recursos a estados e municípios.

O lançamento do PDE foi um marco histórico para a Educação brasileira. Em consonância com o ideário do Todos Pela Educação, o PDE procura ser um projeto de nação, não apenas de um governo, cujo mandato é finito.



Envolvimento das famílias

Uma das principais missões do Todos Pela Educação sempre foi levar à população informações para que ela possa participar do processo de melhoria da Educação brasileira. A partir do que demonstram pesquisas e estudos sobre o tema, o movimento entende que o envolvimento direto das famílias na vida escolar dos filhos é fundamental para o desempenho escolar das crianças e, portanto, dos resultados educacionais do país.

Em março, essa missão ganhou uma primeira adesão que permitiu transfor-

estavam no ar. Produzidas de forma leve e didática, tinham como protagonistas jornalistas e apresentadores da emissora e traziam informações importantes para ajudar pais e cidadãos a acompanhar os estudos das crianças e agir para melhorar o ensino. Havia dicas de como estimular o aprendizado, acompanhar o dever de casa e valorizar o professor. Tudo em uma linguagem simples e atrativa.

A comunicação também é uma ferramenta valiosa para alcançar outro dos objetivos primordiais do Todos Pela



mar objetivos em ação concreta. A Rede Record de Televisão desenvolveu uma série de onze vinhetas sobre Educação, criadas em parceria com o Todos Pela Educação, que respondeu pela criação dos textos a serem veiculados. Um mês depois, elas já

EDUCAÇÃO, expresso nos primeiros documentos do movimento: a mobilização permanente da sociedade em favor de uma Educação Básica de qualidade. Em junho de 2007, iniciou-se a produção da campanha de TV que seria veiculada no



Rodrigo Lombardi, Sérgio Marone e Mariana Ximenes: artistas que participaram da campanha veiculada pela TV Globo





início do ano seguinte pela Rede Globo. Criada pelas agências do Grupo ABC, e produzida pela Conspiração Filmes, ambas trabalhando voluntariamente, contou com as participações, também voluntárias, dos artistas da Rede Globo Ângela Vieira, Camila Pitanga, Dira Paes, Gabriela Duarte, Lúcio Mauro Filho, Mariana Ximenes, Isabel Filardis, Rodrigo Lombardi e Sérgio Marone. A campanha contou com cinco inserções diárias, duas delas em horário nobre, durante 20 dias.

O ano de 2007 marcou também uma parceria que renderia muitos frutos no futuro: o Todos Pela Educação e o rádio. Nenhum outro veículo de comunicação consegue dialogar com tantos públicos e regiões geográficas como o rádio. É difícil imaginar qualquer

transformação social efetiva no Brasil sem a participação direta e relevante das emissoras de rádio.

Inspirados por experiências anteriores, muito bem-sucedidas, do Instituto Faça Parte e do Centro de Voluntariado de São Paulo, o Todos Pela Educação e a agência África reuniram representantes de grandes grupos de rádio para apresentar o movimento e discutir ações conjuntas. Analisou-se a possibilidade de veicular spots e o envolvimento dos locutores no esforço pela melhoria da Educação, por meio de notícias sobre o tema e de orientações para todos os cidadãos brasileiros.

Um mês depois, estava no ar, nas rádios de todo o país, a campanha institucional do compromisso, explicando o que é o movimento e quais são suas 5 Metas, além de chamar cada brasileiro a participar da mobilização por uma Educação de qualidade.

Encontros de atualização para Jornalistas

Realizado em outubro de 2007 em parceria com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e o Comunique-se, o primeiro curso reuniu profissionais de 12 estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas e Pará), além do interior de São Paulo. Foram cerca de 200 inscrições, das quais foram selecionados 65 jornalistas. Todos os palestrantes, especialistas em suas áreas, como José Francisco Soares, Ricardo Martins, Francisco Cordão e Marcelo Nery, foram extremamente bem-avaliados, assim como o curso em geral. Nos dias seguintes ao curso, diversos veículos publicaram reportagens realizadas por jornalistas que participaram da iniciativa – e, por meio dessa ação, o Todos Pela

EDUCAÇÃO teve a oportunidade de reforçar a rede de relacionamentos com a imprensa de todo o país.



Cleuza Repulho, presidente da Undime, em palestra para jornalistas



2006

Agosto/2005

O documento "10 causas e 26 compromissos" é apresentado à sociedade em geral e aos gestores de Educação: Consed, Undime e MEC.



Outubro/2005

O então chamado Pacto Nacional pela Educação elabora seu primeiro texto oficial, em que destaca a importância de fixar metas para a Educação Básica do País.

Dezembro/2005 a Março/2006

Entrevistas com

representantes de diversos setores sobre os rumos da Educação brasileira definem as diretrizes do movimento e o primeiro esboço das 5 Metas.

Setembro/2006 Lançamento oficial do Todos Pela Educação no Museu do Ipiranga, em São Paulo.



Abril/2006

Workshop de dois dias com oitenta participantes define as 5 Metas para a Educação brasileira e as futuras ações do movimento.



Janeiro/2007

O Comitê Gestor define as principais frentes de atuação do movimento e escolhe Mozart Neves Ramos como presidenteexecutivo e Priscila Cruz como diretoraexecutiva.

O MEC lança o PDE Plano de Desenvolvimento da Educação, em consonância com a cultura de metas do Todos Pela Educação.

Abril/2007

Julho/2007

O Comitê Executivo do Todos Pela Educação formaliza a estrutura de governança do movimento.

Ao comemorar seu

Setembro/2007

primeiro aniversário, o movimento apresenta um balanço de seus resultados e registra novas e importantes adesões.

Agosto/2007

Durante visita do ministro Fernando Haddad à sua sede, o movimento formaliza seu engajamento na articulação pela retirada progressiva da DRU da verba destinada à

Educação.

2008

Fevereiro/2008

Vários artistas se unem ao movimento e participam de campanha veiculada pela Rede Globo.

Junho/2008

Em parceria com o Gife e o MEC, é realizado o workshop Alinhamento do Investimento Social Privado em Educação.

Julho/2008

No Ar: Todos Pela Educação Eleições 2008 ampla mobilização para mostrar à população a responsabilidade dos prefeitos nos primeiros anos da Educação escolar.

Agosto/2008 Como parte do esforço pela aprovação de uma Lei de Responsabilidade Educacional, é realizado, na Câmara de Deputados, em Brasília, o seminário internacional Ética e Responsabilidade na Educação: Compromisso e Resultados.

Dezembro/2008

Lançamento do relatório "De Olho nas Metas", com dados sobre o cumprimento das metas estabelecidas para 2007 para a Educação no Brasil e nos estados e foco nas metas 1, 3 e 4.

Junho/2009

É realizado, em

parceria com o

Gife, o segundo

workshop sobre

investimento

social privado,

e elaborado o

"Princípios para o

Alinhamento do

Investimento

Social Privado

em Educação".

documento

Julho/2009

O Todos Pela Educação participa da elaboração do Guia de Orientações para o Professor Saeb/Prova Brasil 4ª série / 5° ano do Ensino Fundamental.

Outubro/2009

A emenda constitucional

que acaba com a incidência

da DRU - Desvinculação de

Educação é aprovada pelo

aprovada a ampliação da

obrigatoriedade do ensino

Receitas da União - na

Senado. Também é

entre 4 e 17 anos.

Novembro/2009

Lançada a mobilização Eu, Você, Todos Pela Educação, com forte presença na mídia e nas redes sociais da internet.

Dezembro/2009

Seminário sobre os desafios da construção do novo PNE Plano Nacional de Educação que norteará as políticas públicas de Educação na próxima década.

Dezembro/2009

Lançamento do segundo relatório "De Olho nas Metas", com dados sobre o cumprimento das metas estabelecidas para 2008 para a Educação no Brasil e nos estados, e foco nas metas 1 e 4.

"De Olho na Educação", que disponibiliza, pela internet, os principais números da Educação no Brasil.

Novembro/2007

Lançamento do

Linha do tempo



Acompanhamento das metas

Nas duas últimas décadas, o Brasil passou a produzir indicadores confiáveis sobre a situação da Educação no país, tanto do ponto de vista do acesso de crianças e jovens à escola como da qualidade do ensino que essa escola oferece. Graças a isso, foi possível ao Todos Pela Educação estabelecer as 5 Metas, e o movimento compreendeu a importância de levar esses indicadores ao maior número possível de pessoas. Para isso, contou com o trabalho e a competência de sua Comissão Técnica.

No segundo semestre de 2007, o Todos Pela Educação desenvolveu o De Olho na Educação, para disponibilizar na internet os principais números da Educação no Brasil, nos estados e municípios, além de recomendações sobre como cada um pode fazer a sua parte, com destaque para bons exemplos e uma seção de comunicação para ajudar o jornalista a colocar a Educação em destaque na pauta de seu veículo. O De Olho na Educação foi lançado em 30 de novembro, em evento que reuniu secretários de Educação de todo o país, jornalistas e convidados.



Prioriodade para a alfabetização

A alfabetização é fundamental para que a criança avance nos estágios de aprendizado – e, portanto, condição para que as demais Metas do Todos Pela Educação sejam alcançadas.

Por essa razão, a Comissão Técnica recomendou, em fevereiro de 2007, que a Meta 2 deveria ser antecipada para possibilitar o alcance das demais metas. Até 2010, pelo menos 80% das crianças devem estar plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade; e, em 2022, esse percentual deve ser de 100%.

Dessa maneira, o Todos Pela Educação deixava clara sua posição de maneira inequívoca: sem a alfabetização de nossas crianças na idade adequada, nunca haverá

Educação de qualidade no Brasil. E, mais do que isso, as ações do movimento deveriam levar em conta tal prioridade, para ajudar o Brasil a cumprir a Meta 2 até 2010. Havia, então, a expectativa de que o país contasse com uma avaliação nacional que pudesse se traduzir num indicador que mostrasse de forma confiável a real situação de alfabetização das crianças aos 8 anos de idade no país. A Provinha Brasil, lançada ainda em 2007 e aplicada pela primeira vez em abril de 2008, prometia ter esse papel, mas se limitou a ser uma avaliação de cada escola apenas para fins pedagógicos. Por não ser uma avaliação externa, os resultados por escola não podem ser agregados de forma a oferecer um quadro geral do país ou dos estados e municípios.

Consolidação da governança

No ano em que os objetivos do Todos Pela Educação passaram pela prova da tradução em estratégias e ações, a estruturação interna era um desafio que não podia ser relegado para depois. Desde o seu nascimento, o Todos Pela Educação buscou construir uma estrutura de governança que desse conta da pluralidade e da diversidade da grande aliança que constitui o movimento. Um formato que acolhesse a todos e, ao mesmo tempo, garantisse agilidade ao processo de tomada de decisão.

No final de junho de 2007, o Comitê Executivo do movimento formalizou a estrutura de governança da organização, que vigora até hoje. O Todos Pela Educação conta hoje com uma Assembleia Geral de Sócios, presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, dividida em três câmaras: Fundadores, Mantenedores e Instituições.

No primeiro mandato, que foi de abril de 2007 a abril de 2009, os membros do Comitê Executivo inicial formaram o Conselho de Governança. Os membros do conselho foram reconduzidos para o mandato que vai até abril de 2011. Além disso, tal como previsto no estatuto, o conselho passou a contar com 20 integrantes, com a chegada de José Francisco Soares, Wanda Engel Aduan, Cesar Callegari e Luiz Paulo Montenegro.

O conselho é assessorado por quatro comissões: Articulação, coordenada por Milú Villela; Técnica, coordenada por Viviane Senna; Comunicação, coordenada por Ana Maria Diniz; e Relações Institucionais, coordenada por Luís Norberto Pascoal. Os quatro coordenadores e o representante do presidente do Conselho de Governança, José Paulo Soares Martins, junto com o presidente-executivo, Mozart Neves Ramos, formam o Comitê Gestor, responsável pela interlocução com a equipe executiva e pelo acompanhamento dos trabalhos.

CONSELHO DE GOVERNANÇA

Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente)

Ana Maria dos Santos Diniz Antônio lacinto Matias Beatriz Bier Johannpeter Cesar Callegari Daniel Feffer Danilo Santos de Miranda Denise Aguiar Alvarez Fábio Colletti Barbosa Gustavo loschpe José Paulo Soares Martins José Francisco Soares José Roberto Marinho Luís Norberto Pascoal Luiz Paulo Saade Montenegro Milú Villela Maria Lucia Meirelles Reis Ricardo Young da Silva Viviane Senna

CONSELHO FISCAL

Carlos Mário Siffert Horácio Lafer Piva Jaime Sirotsky Thomas Zinner

Wanda Engel Aduan

PRESIDENTE EXECUTIVO

Mozart Neves Ramos

DIRETORA EXECUTIVA

Priscila Fonseca da Cruz

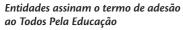
Novas adesões

Após um ano de intenso esforço e resultados significativos, celebrar as conquistas não é apenas uma forma de coroar o trabalho realizado, mas também de manter todos unidos em torno do mesmo ideal e projetar os objetivos futuros.

O local escolhido pelo movimento para comemorar seu primeiro ano de plena atividade foi uma das unidades do Sesc, parceiro importante, na capital paulista. Com a presença de gestores da Educação dos três níveis (União, estados e municípios), organizações sociais, Unesco, Unicef e representantes da sociedade civil, o Todos Pela Educação apresentou o trabalho concluído ao longo de 2007 e homenageou seus apoiadores.

Também foram formalizadas novas e importantes parcerias: Conselho Nacional de Procuradores Gerais, Pastoral da Criança, Associação Atletas pela Cidadania, Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert), Afroreggae, Frente Nacional dos Prefeitos e IBGE.

"Eu me sinto tremendamente orgulhoso de participar de um movimento dessa natureza, que representa uma mobilização absolutamente necessária e que está tomando um vulto e uma dimensão inéditos, mobilizando entidades e pes-









Encontro de adesão dos membros da ANJ - Associação Nacional de Jornais, ao Todos Pela Educação.



Viviane Senna, coordenadora da Comissão Técnica, entrega homenagem a Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef



Ao final do evento do primeiro aniversário do Todos Pela Educação, os presentes se reuniram para uma foto comemorativa

soas de uma forma fantástica. Esse somar que estamos verificando aqui hoje tem uma característica absolutamente diferenciada, e o papel das entidades que estão neste momento aderindo ao Todos Pela Educação, unindo esforços, comprova a vitalidade do nosso movimento", afirmou no evento o presidente Jorge Gerdau Johannpeter.

A presença de lideranças representativas do cenário educacional brasileiro, assim como os testemunhos registrados por elas, comprovava naquele momento o amadurecimento do Todos Pela Educação, e atestavam sua contribuição para avanços recentes, embora ainda insuficientes, na qualidade da Educação no país. O Todos Pela Educação existia de fato, ocupando um espaço reconhecido.

Depoimentos no evento

Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil

"Todos nós temos de nos responsabilizar e realmente fazer da Educação o eixo norteador da ação social. Somente assim, com Educação de qualidade, com o direito de aprender de cada criança brasileira respeitado, poderemos chegar a uma sociedade mais justa e mais equitativa e ao desenvolvimento para todos."



Zilda Arns, presidente da Pastoral da Criança

"A Pastoral da Criança, que está em 43 mil comunidades do Brasil, vai se agregar ao Todos Pela Educação, para que nossas crianças, que aos 6 anos saem da Pastoral, tenham uma escola de qualidade e possam ter um futuro muito promissor."

Raí Oliveira, presidente da Associação Atletas pela Cidadania

"A Associação Atletas pela Cidadania teve sempre o objetivo de utilizar o poder de mobilização dos atletas para causas importantes e transformadoras, e a Educação é a principal de todas."

De olho nas 5 Metas

No início de 2008, era chegada a hora de o Todos Pela Educação realizar o primeiro acompanhamento das 5 Metas lançadas pelo movimento dois anos antes. Ir a público e mostrar como o país se encontrava em relação às metas de acesso e qualidade da Educação significava dar forma e conteúdo a um dos principais objetivos estratégicos do movimento. Pela importância e pelo ineditismo da iniciativa, os números divulgados para a sociedade deveriam estar cercados de todo o rigor técnico e, ao mesmo tempo, ser de fácil compreensão. Um trabalho árduo se apresentava no horizonte da Comissão Técnica e da equipe executiva.

No dia 11 de dezembro de 2008, o Todos Pela Educação convocou uma coletiva de imprensa para divulgar o primeiro relatório "De Olho nas Metas". O documento mostraria se o País, os 26 estados e o Distrito Federal haviam cumprido as chamadas "metas intermediárias", ou seja, os objetivos que deveriam ser alcançados ao longo do tempo para que se chegasse a 2022 com a meta principal atingida. O relatório apresentou um panorama no mínimo preocupante: o país havia avançado, mas não na velocidade esperada. Ficou demonstrado que, para chegar a 2022 com uma Educação de qualidade para todos, o sistema educacional precisava fazer mais, e em velocidade bem maior do que a adotada até então.

Desenvolvido sob a coordenação de Viviane Senna e Mozart Neves Ramos, o relatório contou com a colaboração dos especialistas Carlos



Todos Pela Educação: "O Brasil não atingirá as principais metas de acesso e qualidade do ensino básico nos próximos anos se mantiver o ritmo atual".

Articulistas e editoriais dos principais jornais também analisaram a importância da iniciativa. Foi o caso, por exemplo, da *Folha de S.Paulo*: "Um dos pontos positivos da iniciativa foi ter estabelecido metas intermediárias para a verificação do progresso em relação aos objetivos finais. Os dados sobre o cumprimento da primeira dessas etapas agora vêm à luz".

"Uma revolução na cidadania brasileira iniciou-se na semana passada, com a apresentação do relatório 'De Olho nas Metas', sobre a situação da educação brasileira", afirmou o cientista político Fernando Abrucio em artigo na revista Época.

Desde então, o movimento se firmou como referência quando o assunto é a qualidade da Educação. Consolidou-se assim uma mudança cultural representada pela adoção de metas que iam muito além da declaração de intenções - eram mensuráveis e verificáveis, a partir de indicadores sólidos que começaram a estar disponíveis em meados da década de 1990, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Ao Todos Pela EDUCAÇÃO coube ver nesses dados mais do que números que retratam o passado e catalisar o desejo crescente de melhoria quantificável da qualidade.

O primeiro relatório

Extratos do sumário executivo do relatório de acompanhamento das 5 Metas do movimento Todos Pela Educação ("De Olho nas Metas"), publicado em dezembro de 2008.

O relatório "De Olho nas Metas" é o primeiro de uma série que acompanhará a evolução das Metas do movimento Todos Pela Educação e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Para monitorar se a evolução da Educação no Brasil está acontecendo no ritmo necessário para que o cenário desejado se materialize até 2022, contemplando inclusive a redução das desigualdades regionais, o Todos Pela Educação estabeleceu Metas intermediárias anuais de acompanhamento para as Metas 1 e 4, e bienais, para a Meta 3.

As Metas intermediárias foram estabelecidas levando em consideração as séries históricas dos dados do Brasil, regiões e estados, e aonde é desejável e possível – embora desafiador – que o país chegue até 2022. Ao monitorar e divulgar a evolução dessas 5 Metas, o Todos Pela Educação espera proporcionar subsídios concretos e valiosos aos gestores das redes de ensino, aos profissionais da Educação e à sociedade em geral, para que se possa realizar uma avaliação periódica da eficácia das políticas públicas empreendidas para proporcionar uma Educação de qualidade para todos os brasileiros.

Meta 1 - Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

A Meta 1 do movimento Todos Pela Edu-Cação propõe que

98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola. Os dados agregados mostram que o Brasil alcançou, em 2007, o percentual de 90,4%. Esse valor é muito próximo da meta estipulada, de 91,0%.

Esse percentual alcançado, 90,4%, pode levar à conclusão de que essa Meta não parece ser

muito desafiadora. No entanto, uma análise mais detalhada, que leve em conta a segmentação por faixas etárias, revela que as maiores dificuldades encontram-se nas taxas de atendimento de 4 a 6 anos e de 15 a 17 anos (que alcançaram, respectivamente, 81,6% e 79,6% de atendimento, enquanto a faixa de 7 a 14 anos atingiu 97,5%). Também se deve dar especial atenção especial à zona rural e às crianças e jovens de famílias cujas mães têm escolaridade mais baixa.

Meta 3 - Todo aluno com aprendizado adequado à sua série

A Meta 3 refere-se à qualidade da aprendizagem e defende que, até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é essencial para a sua série. Para o Todos Pela Educação, isso se traduz no percentual de alunos que alcançam desempenhos no Saeb/Prova Brasil superiores à seguinte pontuação:

- 4ª série do EF:
 200 pontos em Língua Portuguesa e
 225 pontos em Matemática;
- 8ª série do EF:
 275 pontos em Língua Portuguesa e
 300 pontos em Matemática;
- 3ª série do EM:
 300 pontos em Língua Portuguesa e
 350 pontos em Matemática.

A primeira avaliação da qualidade do aprendizado dos alunos, após o início do monitoramento das Metas do Todos Pela Educação, mostrou uma situação não muito animadora. Se por um lado a maioria dos dados por região evidenciou uma melhora (exceção feita aos resultados de Matemática no Ensino Médio), por outro lado, essa melhora foi suficiente para que apenas 50% das Metas de aprendizagem fossem de fato alcançadas. As Metas da 4ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental em Matemática, definidas para o Brasil, foram cumpridas em 2007, ao contrário do que foi visto em Língua Portuguesa. No Ensino Médio, porém, não é pos-

sível afirmar com segurança que a Meta de Língua Portuguesa para 2007 foi cumprida, pois ela está dentro do intervalo de confiança do dado observado; em Matemática, a Meta 3 não foi cumprida.

Meta 4 – Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

A Meta 4 preconiza que, até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio. Toma-se por implícito, na definição da meta, o atraso médio de cerca de um ano para a conclusão dessas etapas de formação.

No que se refere à conclusão do Ensino Fundamental até os 16 anos, uma análise geral mostrou que: (i) o Brasil cumpriu a meta de 58,9% para 2007, alcançando um percentual de 60,5%; (ii) a Região Norte também apresentou resultados superiores às suas metas para 2007, enquanto para as demais regiões não se pode afirmar com segurança se as metas foram alcançadas, uma vez que estão dentro dos intervalos de confiança dos números observados. Com relação aos estados, observa-se que três deles atingiram as metas, e sobre os outros 24 não é possível afirmar com segurança se atingiram ou não as metas propostas para 2007.

Quanto ao Ensino Médio até os 19 anos, as taxas de conclusão foram bem inferiores às verificadas para o Ensino Fundamental aos 16 anos. Isso reforça a necessidade de um esforço maior para melhorar a Educação no Ensino Médio – por meio de políticas voltadas para diminuir o atraso escolar, ampliar o atendimento e combater a evasão. Apesar disso, entre 1995 e 2007, os dados das PNADS mostraram que a taxa de conclusão do Ensino Médio para o Brasil mais do que duplicou. Além disso, o crescimento entre 2005 e 2007 foi suficiente para atingir a Meta de 2007, inclusive superando-a em 2,8 pontos percentuais.

No ar:

Todos Pela Educação

Se a divulgação do relatório de acompanhamento das 5 Metas transformou o Todos Pela Educação definitivamente em referência para mídia e para os formadores de opinião, entre eles pesquisadores e educadores, outras iniciativas empreendidas em 2008 também contribuíram para isso.

O ano de 2008 foi marcado pelas eleições para prefeito e vereadores no Brasil inteiro. A população compareceu às urnas para escolher aqueles que, nos quatro anos seguintes, seriam os responsáveis pelos primeiros anos de escolarização das crianças - ou seja, a Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental, incluindo a etapa crucial da alfabetização, objeto da Meta 2 do Todos Pela Educação.

Diante desse cenário, foi criada a campanha No Ar: Todos Pela Educação – Eleições 2008, com o objetivo de mobilizar a mídia para colocar a Educação em destaque durante a cobertura e os debates das eleições municipais. A campanha contou com uma ampla articulação com veículos de comunicação de todo o país, entidades de mídia e comunicadores populares.

Por seu alcance, tanto nos grandes centros urbanos como nas comunidades mais humildes, o rádio foi considerado veículo prioritário para a campanha. O sucesso foi grande e, por isso mesmo, estendeu-se para além das eleições. Foi desenvolvido um projeto de produção e distribuição mensal de conteúdo para rádios, em parceria com o Unicef, que tem como objetivo criar uma rede de radialistas comprometidos com a Educação. O projeto teve início em agosto de 2008 e hoje chega a rádios de todos os estados brasileiros. Em apenas seis meses de 2008, 2 mil radialistas aderiram à iniciativa, acessaram o portal do projeto e baixaram os conteúdos disponibilizados.





Lançamento da campanha e material que foi distribuído aos meios de comunicação

Com a palavra, o radialista

Olá, é um prazer falar com vocês. Quero parabenizar toda a equipe pelo trabalho e dizer que estou organizando um debate sobre o tema com a comunidade, a secretaria de Educação e os gestores do município. A emissora de rádio em que trabalho defende e divulga todos os spots disponibilizados no site. Estamos com vocês! Parabéns!!!

Cleide – Nordeste Mídia

Parabéns pelo excelente material que vocês estão colocando à disposição de todos os radialistas brasileiros que primam por uma Educação de qualidade. Eu apresento um programa educativo na rádio comunitária FM Liberdade 104,9, e todos os jingles e entrevistas são muito úteis na minha programação. Parabéns mesmo.

José – Rádio Liberdade FM

Nós, da Cultura FM, estamos empenhados em divulgar e até criticar a Educação de nosso município. Precisamos urgentemente de mais esforços dos professores e que eles aprimorem seus conhecimentos.

É um prazer estar nesta luta com vocês.

Socorro – Cultura FM



Por uma lei de responsabilidade educacional

Desde 2000, o Brasil conta com uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas para a gestão das finanças públicas, com o objetivo de garantir o equilíbrio das contas públicas e prevenir eventuais desvios. Também promove a transparência, a prestação de contas por parte dos gestores, e define o teto de gastos em áreas específicas.

Em 2008, o Todos Pela Educação participou ativamente dos debates preliminares de uma Lei de Responsabilidade Educacional, que teria contornos semelhantes à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em parceria com a Unesco e com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos

Deputados, o movimento realizou no Congresso Nacional o seminário internacional Ética e Responsabilidade na Educação: Compromisso e Resultados, com o objetivo de estabelecer marcos regulatórios de responsabilidade dos governantes para a área da Educação. O seminário resultou em um texto norteador legitimado para uma Lei de Responsabilidade Educacional.

Essa foi somente uma das muitas ações que deram sequência ao esforço de articulação entre diversos setores da sociedade em favor de uma Educação Básica de qualidade. O movimento desenvolveu em 2008 workshops temáticos reunindo

Articulação avança

Informações veiculadas pela agência de notícias da Câmara dos Deputados dão conta de que a idéia de criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional avança entre os parlamentares. A reportagem "Deputados articulam criação de Lei de Responsabilidade Educacional" revela que tramitam pelo menos seis projetos de lei que têm como propósito "garantir níveis mínimos de investimento e qualidade para a Educação Básica brasileira, com punições aos gestores que não conseguirem alcançar esses patamares".

No mesmo texto, o assessor especial em Educação da Unesco no Brasil, Célio da Cunha, afirma considerar a criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional a "conclusão" da Emenda Calmon, que, há quase 25 anos, obrigou a União a aplicar 18% da arrecadação tributária em manutenção e desenvolvimento do ensino, e estabeleceu, com o mesmo objetivo, o percentual de 25% para os estados e municípios. Segundo Célio da Cunha, a proposta poderá estabelecer o compartilhamento da responsabilidade da execução da política educacional brasileira, favorecendo uma "velha aspiração", que é a integração dessa política entre todos os entes da Federação e a sociedade, como prevê o artigo 23 da Constituição, que nunca foi regulamentado. Na avaliação de Célio da Cunha, relatada pela Agência Câmara, "os gestores deverão se opor à proposta, em um primeiro momento, com receio das cobranças que serão feitas, mas a tendência é haver uma adaptação semelhante à que houve na implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal".

diversos setores da sociedade para debater questões ligadas à qualidade da Educação e criar agendas de parceria e trabalho conjunto, mobilizando diversos públicos e incentivando-os a se articularem pelo alcance das 5 Metas.

Mais uma vez, os gestores públicos mereceram atenção especial, visando o comprometimento dos governos com as 5 Metas. A adesão de uma administração pública ao compromisso de alcançar as metas de acesso e qualidade da Educação até 2022 é muito mais do que um ato protocolar, e abre caminho para o acompanhamento de indicadores e para a cobrança

da sociedade. O Todos Pela Educação realizou um amplo trabalho de articulação com os governos de oito estados brasileiros, mais o Distrito Federal, que resultou na assinatura do termo de adesão de cada um deles ao movimento.

Por meio de iniciativas como essa e do aprofundamento das relações institucionais com outras organizações, a cultura de metas disseminada pelo Todos Pela Educação logo passou a contar com a adesão de gestores públicos dos três níveis de governo, em sintonia com o momento histórico vivido pela Educação brasileira.



Alinhando ações com a iniciativa privada

Com o objetivo de ampliar e qualificar o investimento social privado em Educação, o Todos Pela Educação realizou, em parceria com o MEC e o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), o workshop Alinhamento do Investimento Social Privado em Educação. A ideia era discutir a criação de agendas comuns dos investimentos público e privado, tendo como eixo as 5 Metas do Todos Pela Educação. O evento contou com a presença do ministro Fernando Haddad, de representantes do MEC e das principais empresas que investem na área.

Mais recursos para a Educação



A Meta 5 do Todos Pela Educação se diferencia das demais por não se tratar de um resultado mensurável para o ensino público, por meio de um indicador. Na verdade, tratase de uma meta que, ao estabelecer que o investimento em Educação seja ampliado e bem gerido, é meio para que as demais sejam alcançadas. De acordo com a Meta 5, o investimento público na Educação Básica deve alcançar 5% ou mais do Produto Interno Bruto (PIB) até 2010.

No dia 28 de outubro de 2009, o país dava um passo fundamental para alcançar a Meta 5. O Senado aprovou naquele dia a Emenda Constitucional – EC 59/09 – que previa o fim gradual da incidência da DRU (Desvinculação de Receitas da União) até 2011. Segundo o texto aprovado, o percentual dos recursos destinados pela Constituição que seria retirado da Educação pela DRU cairia de 20% para 12,5% ainda em 2009 e para 5% em 2010, até chegar a zero em 2011. As estimativas são de que o fim da DRU representará cerca de R\$ 9 bilhões a mais por ano para investimentos na Educação. A promulgação da Emenda Constitucional, em sessão solene do Congresso Nacional no dia 11 de novembro, após seis anos de tramitação, foi acompanhada por um grupo do Todos Pela Educação.

Junto com o fim da DRU na Educação, a proposta aprovada também instituiu a obrigatoriedade da Educação Básica gratuita para crianças e jovens de 4 a 17 anos, estendendo assim esse direito inalienável aos que têm 4, 5 e 6 anos – que devem ser matriculados na Educação Infantil – e aos que saem do Ensino



tada até 2016.

A luta pelo fim da incidência da DRU sobre os recursos que a Constituição destina ao ensino público vinha de longe, e o Todos Pela Educação se engajou nela ainda em 2007, antes mesmo de completar seu primeiro ano de atividade. Desde então já ficava claro que a DRU era um obstáculo significativo para a ampliação necessária dos recursos públicos da Educação e, consequentemente, para o alcance da Meta 5.

Ao lado de outras entidades, como Consed, Undime, Unesco, Unicef, CNTE

fim da DRU, e levou o tema aos veículos de comunicação. O objetivo era sensibilizar os formuladores de políticas públicas e os formadores de opinião para a importância e a urgência do tema. Para isso, o movimento participou de reuniões com parlamentares em Brasília, publicou artigos de opinião e divulgou informações para a imprensa. Foi um esforço coletivo, que, apesar das dificuldades inerentes a uma iniciativa desse tipo, trouxe como resultado um avanço cujo impacto afeta diretamente as futuras gerações.

O que é a DRU

A DRU (Desvinculação das Receitas da União) é um mecanismo criado em 1996 que autoriza o governo a reter, utilizar em outras áreas ou mesmo destinar ao pagamento de juros da dívida 20% dos recursos que a Constituição Federal vincula a áreas específicas, como Educação e Saúde. No caso da Educação, o texto constitucional determina que 18% da arrecadação obtida com tributos federais devem ser destinados ao financiamento do ensino público. Por meio da DRU, 20% desses 18% eram liberados dessa vinculação e, portanto, deixavam de ir para a Educação. A estimativa de perdas feita pelo MEC desde 1996 chega a R\$ 100 bilhões.



Sessão de votação da Proposta de Emenda Constitucional no Senado

Continuidade das políticas públicas



Prof. Jamil Cury, Mozart Neves Ramos e Ana Maria Diniz

Garantir a continuidade das políticas públicas é um dos objetivos do Todos Pela Educação, a fim de criar as condições para alcançar as 5 Metas. As ações de governo podem mudar, as políticas públicas de Estado devem permanecer e ter continuidade ao longo do tempo. Como conseguir isso? Por meio, por exemplo, de programas de longo prazo que resistam às mudanças administrativas ocorridas em um mesmo governo e até de um governo para o outro.

Desde 2008, com maior intensidade em 2009, começou-se a discutir o novo Plano Nacional de Educação, que norteará as políticas públicas de Educação na próxima década, de 2011 a 2020. Foram realizadas centenas de conferências municipais, estaduais e regionais como preparação para a Conferência Nacional de Educação (Conae), em abril de 2010, que discutiria o PNE. O Todos Pela Educação participou de sete delas. Além disso, promoveu outras iniciativas relacionadas à discussão do PNE, como uma palestra com o professor Carlos Roberto Jamil Cury, doutor em Educação, sobre os desafios da construção de um plano que seja efetivo, com metas claras e factíveis. A partir desse evento foi firmada uma parceria com a Fundação Santillana e

a Editora Moderna para a edição de uma publicação abordando a história do Plano Nacional de Educação no Brasil e as proposições do professor para subsidiar a elaboração do novo PNE, a ser publicada no início de 2010 e distribuída inicialmente durante a Conae.

Outra ação do Todos Pela Educação que pode contribuir para a adoção de critérios de longo prazo para a Educação brasileira é a articulação em favor da aprovação no Congresso Nacional de uma Lei de Responsabilidade Educacional. Após a realização do seminário internacional na Câmara dos Deputados, em 2008, que resultou em um texto norteador para a elaboração da lei, diferentes projetos passaram a tramitar, ao longo de 2009. O Todos PELA EDUCAÇÃO vem acompanhando tais discussões e promovendo articulações que possam agilizar esse processo, assim como debates sobre o tema na mídia e em diversos eventos realizados pelo movimento.

O trabalho junto aos gestores públicos seguiu com força total em 2009, visando sempre o comprometimento de municípios e estados com as 5 Metas. Foram registradas as adesões de 170 municípios em 12 diferentes estados brasileiros.

Por um Plano Nacional de Educação

TPE: Na elaboração do PNE atual, uma das principais bandeiras era vincular o financiamento da Educação ao Produto Interno Bruto (PIB) do País, o que não ocorreu. O senhor acredita que o próximo plano, que deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional até o final de 2010, avançará nesse sentido?

Jamil Cury: Temos uma perspectiva positiva agora, justamente com a aprovação da Emenda Constitucional 59/09, no final de 2009. Isso porque ela retrabalha a questão da vinculação do financiamento da Educação em relação ao PIB, que agora passa a ser um referencial. Isso é importante porque em toda política pública o grande referencial é o PIB. E a vinculação que existe hoje de certo modo é engessada, porque são 18% para a União e 25% para estados e municípios. Ao colocar o PIB como referência, criam-se as condições de atualização, talvez para menos, em um ano, ou para mais no ano subsequente, a depender justamente das necessidades.

TPE: O PNE atual tem 295 metas. Há uma expectativa para que o próximo tenha poucas metas claras e fáceis de serem acompanhadas pela sociedade?

Jamil Cury: Acho que há elementos de ordem política que são muito importantes. As radiografias, ainda que setoriais, estão muito benfeitas hoje. As estatísticas do Inep são, de modo geral, muito

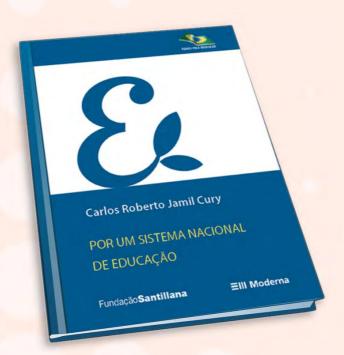
benfeitas. Eles têm uma tradição que vem desde a década de 1940. Também há vontade política, e acredito que o próximo governo, qualquer que seja ele, vai querer dar-lhes continuidade. Com o impacto da ampliação da obrigatoriedade do ensino previsto na EC 59/09, será preciso estabelecer um plano de acesso.

TPE: Como a sociedade tem acompanhado esse processo para que nos próximos anos as políticas educacionais tenham sucesso e garantam o direito ao aprendizado?

Jamil Cury: Esse é outro elemento importante que vejo como positivo: a mobilização da sociedade civil. Por um lado, positivamente, como o movimento Todos Pela Educação, a Ação Educativa e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Por outro lado, negativamente, há uma insatisfação da população que hoje é verbalizada com relação aos filhos e filhas que não sabem ler direito, não calculam direito, escrevem mal ou errado. Existe uma insatisfação, que sempre existiu, mas agora é explicitada.

TPE: Em sua avaliação, qual será o maior desafio para concretizar as ações propostas no plano?

Jamil Cury: O que vai faltar, a meu ver, é a preparação dos nossos gestores, que normalmente não assumem os cargos públicos com a preparação devida para um gestor. Tanto que muitos têm um



verdadeiro estresse por conta da Lei da Responsabilidade Fiscal, pois não dominam essas áreas de gestão. Então, acredito que precisaríamos de alguma coisa que forçasse esses novos gestores, prefeitos e governadores, a terem um quadro mais realista da situação das políticas públicas e ao mesmo tempo de quais são as suas responsabilidades.

TPE: A EC 59/09 acrescenta ao texto: "Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório". Isso é suficiente para tornar efetivo o regime de colaboração?

Jamil Cury: Não, isso é algo que precisa ser mais detalhado. A Constituição de um modo geral tende a ser genérica. Então, precisamos de uma lei que explicite mais isso.

TPE: Essa lei deve estar vinculada a uma Lei de Responsabilidade Educacional?

Jamil Cury: Sim. A Lei de Responsabilidade Educacional existe, mas está segmentada. Então, há a primeira dimensão, com a Lei do Dutra, em 1950. Em 1988, a Constituição incorporou a Educação como direito público subjetivo, que vinha sendo defendido até a década de 1930. A LDB reforçou esse direito público e subjetivo à Educação obrigatória, e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) trouxe ainda mais alguns incrementos. De

maneira que há vários instrumentos, mas separados. Uma Lei de Responsabilidade Educacional visa, de um lado, congregar esses dispositivos existentes, e, de outro, estabelecer novos. E isso pode ser feito agora, no momento em que for feita a regulamentação da EC 59/09.

TPE: É possível responsabilizar os secretários de Educação, mesmo que eles não tenham um mandato, como os governantes eleitos?

Jamil Cury: Vou usar um termo forte, embora não goste, mas, às vezes, somos obrigados a fazêlo. Uma das "pragas" da Educação é a continuidade da descontinuidade. Se há uma coisa contínua nas políticas públicas educacionais, sobretudo porque elas são federativas, é essa dimensão da descontinuidade. Normalmente, cada qual que assume pensa assim: "Eu sou o marco zero da história" - logo, o passado vai para a lata do lixo. E o subsequente a ele fará a mesma coisa. Isso tem um impacto muito ruim junto à categoria docente, porque existe uma tal "sucessividade" de projetos, planos e programas. Considero que uma das rejeições que a classe docente tem com relação à política educacional de um modo geral e de seus gestores é essa desconfiança de que "tudo o que é sólido desmancha no ar". Por outro lado, há a questão da permanência daquele que é o responsável: o prefeito e o governador. Então, embora o órgão de choque seja a secretaria da Educação, o responsável não é somente o secretário, mas também o prefeito e o governador.

Chegando à sala de aula

Se há um desafio grandioso a ser superado, é o de levar a cultura de metas para dentro da escola, até a sala de aula, a ponto de ser abraçada por professores, coordenadores pedagógicos e diretores. As dificuldades são muitas, desde a imensa pulverização das redes escolares até a tendência natural, por parte de quem está nas escolas, de ver as metas mais como forma de cobrança do que como aliadas no trabalho do dia a dia. Para vencer as resistências e chegar mais perto de quem lida com o aluno e é responsável por seu aprendizado, o Todos Pela Educação participou da elaboração do Guia de Orientações para o Professor – Saeb / Prova Brasil – 4ª série / 5º ano do Ensino Fundamental. Dividido em dois volumes - um dedicado à Língua Portuguesa e outro à Matemática - o guia foi elaborado para orientar os professores e gestores sobre as habilidades cobradas no Saeb / Prova Brasil. A iniciativa foi articulada pelo movimento Todos Pela Educação, em parceria com a Fundação Victor Civita, o Itaú BBA, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e a Secretaria de Educação Básica do MEC, com apoio da Abaquar Consultores e Editores Associados.

De forma didática e com absoluto rigor técnico, o guia apresenta as habilidades e competências que são esperadas dos alunos da 4ª série / 5º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática. Os dois volumes contam com exemplos de questões que compõem as provas e sugestões de como tratá-las em sala de aula. Há ainda explicações sobre como são definidos os níveis da escala do Saeb / Prova Brasil, demonstrando aos professores a métrica desses exames.



De olho nas metas

Com o objetivo de acompanhar o progresso da qualidade da Educação no Brasil, em cada região, estado e município, tendo como base as 5 Metas, o Todos Pela Educação deu início, em 2008, ao trabalho de acompanhamento do cumprimento de suas metas intermediárias. Marco da cobrança, pela sociedade, das políticas públicas no Brasil, o relatório De Olho nas Metas teve sua segunda edição em 2009, como dados sobre as Metas 1, 4 e 5, que são calculadas com base em indicadores anuais.

A percepção da sociedade

Em março de 2009, foram divulgados os resultados da pesquisa sobre a Educação Básica Pública no Brasil, realizada ao longo de dezembro de 2008 pelo Ibope Inteligência para a CNI (Confederação Nacional da Indústria), em parceria com o movimento Todos Pela Educação.

Para os entrevistados, o principal problema da Educação é a existência de professores desmotivados e mal pagos. Dentre as pessoas que participaram do levantamento, 19% expressaram essa opinião. Logo em seguida aparece a falta de segurança/drogas nas escolas, de acordo com 17%. Para 15%, o maior problema é a falta de escolas; para 12% o número de professores é insuficiente; e 11% acreditam que os docentes estão desqualificados / despreparados.

Foram realizadas 2002 entrevistas em 141 municípios, com pessoas de 16 anos ou mais, a partir de um questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

EU, VOCÊ, TODOS PELA EDUCAÇÃO

O que significa Todos Pela Educação? Certamente não é o mesmo que dizer "Eles Pela Educação". Quer dizer eu, você, nós, eles, enfim, todos mesmo.

A estratégia de mobilização Eu, Você, Todos Pela Educação lançada pelo movimento em novembro de 2009 captou este conceito e o traduziu em ações de articulação político-institucional e peças de comunicação. A iniciativa contará com campanhas de longo prazo com o objetivo de firmar a Educação como tema prioritário no país e convidar a todos para participar do esforço de melhorar a qualidade do ensino de crianças e jovens em todo o país. Inclui filmes para a TV, anúncios para jornais, revistas e rádio, parcerias como a firmada com o Clube dos 13 e a criação de redes sociais.

A primeira etapa da mobilização visou estimular e ampliar a participação da família na Educação dos filhos, e se consistiu em inserções veiculadas diariamente em rede nacional pela TV Globo, contando com depoimentos reais da apresentadora Ana Maria Braga, da empregada doméstica Cilene Oliveira e dos artistas Cláudia Abreu, Alexandre Borges, Letícia Spiller, Mariana Ximenes, Maurício Gonçalves, Milton Gonçalves e Thiago Lacerda.

Por meio da parceria com o Clube dos 13, foi possível fazer com que, nas rodadas do Campeonato Brasileiro, os jogadores dos times de futebol da série A entrassem em campo com as faixas da campanha. Durante as partidas, mensagens sobre a importância da Educação foram veiculadas nos placares eletrônicos e comentadas pelos locutores esportivos da TV Globo.





EU, VOCÊ, Todos PELA EDUCAÇÃO.

Princípios para o Alinhamento do Investimento Social Privado em Educação

Em junho de 2009, em parceria com o Gife, foi realizado o segundo workshop sobre o alinhamento do investimento social privado em Educação. O documento que resultou do evento afirma que "alinhar significa conhecer e considerar todas as ações desenvolvidas em um determinado sistema de ensino, sejam elas políticas públicas ou ações promovidas por organizações da sociedade civil ou iniciativa privada. O desenvolvimento de ações conjuntas é uma consequência possível, mas não obrigatória, do alinhamento".

Seis princípios para esse alinhamento:

- 1 Ter como objetivo comum a melhoria da educação
- 2 Realizar diagnóstico do contexto local
- 3 Estabelecer metas e estratégias claras e estar disposto a revê-las
- 4 Articular e dialogar com os diferentes atores
- 5 Avaliar os resultados
- 6 Comunicar os resultados obtidos



A qualidade começa no município

Para apoiar municípios na implementação de ações que promovam a melhoria de seus indicadores educacionais, o Todos Pela Educação deu início em 2009 ao projeto Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), que conta com a parceria do MEC e de várias instituições públicas e privadas.

O projeto visa contribuir para que grupos de municípios de uma mesma região, com características socioeconômicas semelhantes, possam melhorar a qualidade da Educação pública que oferecem, tendo como ponto de partida o PAR – Plano de Ações Articuladas do MEC, parte essencial do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, em suas quatro dimensões:

- 1. Gestão Educacional
- 2. Formação de Professores e dos Profissionais de Apoio Escolar
- 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação
- 4. Infra-estrutura Física e Recursos Pedagógicos

Os municípios definem, a partir de uma Oficina de Priorização, os indicadores prioritários para o exercício de um trabalho coletivo, como também iniciam um processo de maior articulação entre si, criando um ambiente de novas oportunidades para troca de experiências. Outro aspecto importante, é que este novo ambiente se realiza a partir de uma ação integrada entre o investimento público e àquele privado destinado à educação pública.

Nesse processo, as ações são acompanhadas pelos parceiros, engajados no princípio da co-responsabilidade educacional.

Cada Arranjo estabelece assim um plano anual de ações, que deverá guiar o trabalho em rede a ser desenvolvido entre os municípios participantes.

Os 68 municípios, dos primeiros quatro arranjos, estabelecidos em 2009, foram definidos de acordo com critérios geográficos e sociais, e já vinham, de alguma forma,

desenvolvendo alguma ação com empresas locais. São eles:

- ADE do Recôncavo Baiano: 12 municípios estão sendo beneficiados pelas ações do projeto: Amargosa, Cabaceiras de Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Rafael Jambeiro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Félix e São Francisco do Conde. O principal parceiro é o Instituto Votorantim.
- ADE do Agreste Meridional de Pernambuco: inclui 23 municípios, são eles, Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Caetés, Calçados, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Saloá, São Bento do Una, São João e Terezinha. O principal parceiro é o SESI/PE.
- ADE da região do Corredor de Carajás no Maranhão, são 16 municípios: Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Anajatuba, Arari, Bom Jesus da Selva, Buriticupu, Cidelândia, Igarapé do Meio, Itapecuru Mirim, Miranda do Norte, Pindaré Mirim, Santa Rita, São Pedro da Água Branca, Tufilândia, Vila Nova dos Martírios e Vitória do Mearim. Os principais parceiros são o Instituto VALE e o CEDAC.
- ADE da região noroeste de São Paulo, microrregião de Votuporanga, 17 municípios: Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Fernandópolis, Floreal, Magda, Meridiano, Mira Estrela, Monções, Nhandeara, Parisi, Pontes Gestal, Riolândia, Santa Fé do Sul, Valentim Gentil e Votuporanga.

Os resultados alcançados até aqui ultrapassaram, de maneira geral, a nossa expectativa e a dos parceiros. Assim, é possível que, em 2010, outros arranjos sejam estruturados, mas como iniciativa desses parceiros, contando com a expertise do movimento Todos pela Educação.

Educação como política de Estado

O ano de 2010 representa um momento de fundamental importância para o futuro a Educação Básica no Brasil. Não é exagero. Milhões de eleitores vão às urnas este ano eleger o próximo presidente da República, os governadores dos estados, senadores, deputados federais e deputados estaduais. E caberá a essas lideranças políticas fazer escolhas que poderão afetar diretamente a qualidade do ensino oferecido nas escolas de todo o país.

Passam pelas esferas federal e estaduais de administração decisões sobre o volume de recursos a ser destinado à Educação, a remuneração de professores e demais funcionários do ensino, as diretrizes de avaliação do sistema educacional e a organização e estruturação desse sistema, para mencionar alguns exemplos. Em outras palavras, será de responsabilidade dos governantes e legisladores eleitos neste ano adotar medidas que contribuirão decisivamente para que o País alcance as 5 Metas do Todos Pela Educação.

Diante desse cenário, o movimento acredita ser essencial tratar as grandes questões da Educação como política de Estado, com ações que apresentem coerência e continuidade ao longo do tempo, independentemente das mudanças de governo características da democracia. Nos países que mais avançaram na área educacional de meados do século 20 para cá, a Educação foi "vacinada" contra os males da descontinuidade e se tornou política de Estado com objetivos maiores, de longo prazo.

Em algumas áreas, o Brasil já conseguiu avançar para o reconhecimento de que algumas conquistas devem estar acima das disputas partidárias. O caso mais notável é o da política econômica. Ninguém discute mais a importância do combate à inflação e de uma política fiscal responsável por parte dos governos nos três níveis de administração. Também alguns objetivos sociais vêm sendo perseguidos a despeito da troca de comando no governo, como a redução da mortalidade infantil e o combate à pobreza extrema. É hora de incorporar essa mesma mentalidade à forma como se lida com a Educação no Brasil.

Nas últimas duas décadas, o País obteve avanços expressivos na Educação, a começar pela inclusão maciça de crianças e jovens no sistema educacional. A escola pública,



1950, já não é mais um privilégio de poucos. Consagrado na Constituição de 1988, o direito inalienável à Educação vem se tornando uma realidade, graças, em grande parte, a ações que atravessam governos e legislaturas. A melhoria do acesso ao ensino permitiu que se olhasse de perto para a qualidade oferecida pelas escolas públicas, e isso foi possível com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), na década de 1990. Feitos os ampliações e aperfeiçoamentos necessários nos anos seguintes, hoje a sociedade brasileira tem disponível uma radiografia bastante aprofundada do desempenho de seus estudantes, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Ainda é preciso avançar, com a adoção de um mecanismo de mensuração estatisticamente válido da alfabetização nos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, no que diz respeito às crianças com até 8 anos de idade. Isso só será possível se a avaliação externa também for mantida como um dos eixos na política educacional brasileira.

Histórico semelhante se observa no que diz respeito aos recursos destinados ao finan-

ciamento das atividades da Educação Básica, e aí não se pode deixar de mencionar o Fundef (Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental), o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) e o fim da incidência da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre o percentual da arrecadação que a Constituição destina de forma obrigatória à Educação.

Partindo para a ação, o Todos Pela Educação iniciou articulações junto a seus parceiros e a outras entidades com atuação relevante na área educacional, visando a elaboração de um documento com o qual candidatos de todas as esferas se comprometam. Um documento que explicite a necessidade de fazer com que, de uma vez por todas, a Educação se torne uma política de Estado.

Se o Brasil quer alcançar sua verdadeira independência em 2022, por meio de uma Educação de qualidade para todas as crianças e jovens, não pode arcar com o custo incalculável da descontinuidade das políticas públicas essenciais à Educação. Cabe ao Todos Pela Educação contribuir para que candidatos e eleitores tomem consciência disso em 2010.

Patrocinadores:



















Um movimento que convida todos os setores da sociedade a buscar uma Educação Básica de qualidade deve, constantemente, ir a público e prestar contas de suas atividades a todos aqueles que aceitaram o convite.

As 5 Metas do Todos Pela Educação têm como objetivo: a inclusão de todas as crianças e jovens na escola, sendo alfabetizados na idade correta, aprendendo o que é adequado a cada série e concluindo o ensino médio, sendo necessário, para isso, que o investimento em Educação seja ampliado e bem gerido.

Este relatório apresenta o balanço dos primeiros quatro anos do Todos Pela Educação, mostrando um pouco da história do movimento, desde sua idealização e lançamento, em setembro de 2006, nas escadarias do Museu do Ipiranga, em São Paulo.

Ainda há muito a percorrer até 2022, para o cumprimento das metas, mas os avanços alcançados até agora mostram que o caminho percorrido é o correto. Somente com a participação de um número cada vez maior de brasileiros e de entidades representativas da sociedade é que poderemos, daqui a 12 anos, comemorar, com muito orgulho, o alcance da Educação de qualidade para todos.

